

Infanticídio e direito de viver: um debate sobre infanticídio Suruwahá, recentes mudanças culturais e direitos humanos¹

Ana Keila Mosca Pinezi

Universidade Federal do ABC (UFABC)

Márcia Suzuki

ONG ATINI

Resumo

Entre os Suruwahá ou Zuruahá, etnia localizada na bacia do rio Purus, sudoeste do Amazonas, o suicídio e o infanticídio são fatores preponderantes de mortalidade. Em setembro de 2005, o caso de duas meninas Suruwahá, Iganani e Sumawani, que sobreviveram à prática do infanticídio foi veiculado pelo programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, esquentando o debate sobre direitos humanos e diversidade cultural. De lá para cá, temos acompanhado a trajetória de Iganani, vítima de paralisia cerebral, e sua mãe, Muwaji, que tem enfrentado as tradições de seu povo e os empecilhos burocráticos brasileiros para tratar da reabilitação de sua filha. Em torno desse caso, o objetivo deste trabalho é o de colocar em debate questões relativas a práticas tradicionais, dinâmica cultural, relativismo cultural, contato interétnico e direitos universais do homem.

Palavras-chave: Suruwahá, infanticídio, Direitos Humanos

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

Infanticídio e direito de viver: um debate sobre infanticídio Suruwahá, recentes mudanças culturais e direitos humanos

Ana Keila Mosca Pinezi

Márcia Suzuki

Introdução

Um rastro terrível de sangue indígena acompanhou a história da colonização de toda a América Latina. O genocídio e também o etnocídio, praticados por portugueses e espanhóis, deixaram uma marca indelével na vida dos povos indígenas. As palavras de Darcy Ribeiro (1997, p.45-46) mostram um paralelo sobre a visão-de-mundo do branco e do índio em relação um ao “outro”, quando da chegada dos colonizadores nestas terras:

Aos olhos dos recém-chegados, aquela indiada louçã, de encher os olhos só pelo prazer de vê-los, aos homens e às mulheres, com seus corpos em flor, tinha um defeito capital: eram vadios, vivendo uma vida inútil e sem prestança. Que é que produziam? Nada. Que é que amalhavam? Nada. Viviam suas fúteis vidas fartas, como se neste mundo só lhes coubesse viver.

Aos olhos dos índios, os oriundos do mar oceano pareciam aflitos demais. Por que se afanavam tanto em seus fazimentos? Por que acumulavam tudo, gostando mais de tomar e reter do que dar, intercambiar? Sua sofreguidão seria inverossímil se não fosse tão visível no empenho de juntar toras de pau vermelho, como se estivessem condenados, para sobreviver, a alcançá-las e embarcá-las incansavelmente? Temeriam eles, acaso, que as florestas fossem acabar e, com elas as aves e as caças? Que os rios e o mar fossem secar, matando os peixes todos?

De maneira geral, podemos ver que o contato entre povos, entre etnias diferentes é marcado pelo estranhamento e pelo conflito e, não raro, pelo conflito violento. O contato interétnico entre, por exemplo, os portugueses e os nativos do “novo mundo” provocou a desagregação social e cultural de boa parte da população indígena, sem contar a eliminação física feita pelos colonizadores, seja pelas armas de fogo, seja pelas doenças por eles disseminadas.

Não bastasse a espoliação que sofreu no passado, a situação do índio, no Brasil, atualmente, é bastante precária. O indígena tem sido alijado da condição de cidadania básica, de acesso a formas fundamentais de sobrevivência (terra e seus recursos naturais, saúde básica, entre outros aspectos).

Apesar do encontro intercultural entre colonizadores e povos indígenas ter marcado um tempo de dominação daquele sobre este, houve, sem dúvida, uma relação de troca de elementos

culturais e de mudança, em que as etnias em contato assimilaram determinados valores e costumes umas das outras, num processo intenso de dinâmica cultural. Diante disso, o que queremos demonstrar é que os povos indígenas, mesmo em uma situação de sujeição, não só receberam influência do “mundo dos brancos” mas o influenciaram também no que tange aos modos de vida e à visão-de-mundo. Muitos padrões culturais, de um e de outro, foram mudados.

Sabemos que a mudança cultural é algo que faz parte da própria constituição essencial da cultura. A mudança pode ocorrer por reações e reajustes endógenos e por motivações exógenas, advindas do contato intercultural, marcadas ou não por pressões e imposições externas. As trocas culturais entre sociedades diferentes é algo bastante comum e importante, pois possibilita que os membros de uma sociedade pensem sobre como organizam sua vida social, sobre seus tabus, interditos e pré-conceitos e revejam seu *modus vivendi*. A dinâmica cultural significa um dado fundamental para toda e qualquer sociedade e é um sinal de que a cultura está viva, em plena saúde.

Ao se falar em relação interétnica, há uma questão que se relaciona diretamente com ela que é a do relativismo cultural.

O relativismo cultural é uma teoria que implica a idéia de que é preciso compreender a diversidade cultural e respeitá-la, reconhecendo que todo sistema cultural tem uma coerência interna própria. Originalmente, a concepção de relativismo cultural tinha seu uso relacionado a um princípio operacional, metodológico. Assim pensado, o relativismo cultural é um instrumento metodológico fundamental para que o pesquisador realize, em culturas diferentes da sua, um trabalho antropológico sério, compreendendo que os traços culturais têm um significado e compõem o sistema cultural daquela sociedade ou grupo social.

Os problemas começam quando o relativismo cultural é radicalizado, absolutizado, e seu significado é deslocado desse princípio metodológico. Sua radicalização prevê, na maioria das vezes, o não contato entre povos diferentes e a idéia de que se ele ocorrer será, inexoravelmente, ruim, uma imposição cultural de um grupo sobre o outro. Assim, não é raro vermos posições extremadas quanto às possíveis relações entre etnias indígenas, por exemplo, e grupos outros da sociedade envolvente. Elas são vistas como um tipo de intervenção que é necessariamente destrutiva e perigosa desses grupos em relação às etnias indígenas. Desse modo, uma possível relação dialógica entre etnias é obstruída com base na preservação fantasiosa de uma pretensa pureza cultural.

Dentre as diferentes concepções de relativismo cultural, há ainda a de que ele seria um princípio ético que, por sua vez, “preconiza a neutralidade em relação às diferentes culturas”

(Cuche, 2002, p.240). Sobre essa concepção, as palavras de Cuche (2002, p.240) são esclarecedoras:

O relativismo ético pode corresponder às vezes à atitude reivindicadora dos defensores das culturas minoritárias que, contestando as hierarquias de fato, defendem a igualdade de valor das culturas minoritárias e da cultura dominante. Mas, geralmente, ele aparece como a atitude elegante do forte em relação ao fraco. Atitude daquele que, assegurado da legitimidade da sua própria cultura, pode se dar ao luxo de uma certa abertura condescendente para a alteridade.

Voltando a pensar no quadro de penúria e discriminação em que se encontram os indígenas brasileiros, é importante pensar em como isso pode ser revertido e como pensá-los como um povo que tem direitos e que são grupos sociais em dinamismo.

É fato que pensar na relação entre os grupos indígenas brasileiros e quaisquer grupos nacionais leva-nos, imediatamente, a pensar no intenso processo de exploração a que foram submetidos em nossa história quando do contato que tiveram não só com os colonizadores, mas, posteriormente, com outros grupos de interesse que representavam e representam uma forma de obtenção de lucros e vantagens. No entanto, a questão que se coloca é a de que seria justo e expressão de respeito aos direitos fundamentais das etnias indígenas, que, na história presente, esses povos pudessem, ao menos, usufruir dos benefícios dos “civilizados” e ter acesso às condições fundamentais de cidadania.

A questão dos direitos humanos pode ser aqui evocada. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, estabelece direitos que são universais, que estão acima de quaisquer particularidades. O direito à vida é um desses direitos universais. O confronto entre relativismo cultural, que enfatiza a particularidade das culturas e de seus valores, e direitos humanos, que universaliza valores considerados para além dessas particularidades, tem acontecido entre os defensores dos dois lados. Uma das maneiras pela qual essa polarização tem sido resolvida é por meio da idéia de que é importante valorizar uma relação dialógica entre diferentes culturas, que possibilite a superação de conflitos e o estabelecimento de um acordo entre elas.

O diálogo entre culturas distintas sobre um determinado valor ou prática pressupõe o contato entre elas e não que fiquem e permaneçam estanques como postula o relativismo cultural radical. Por isso, é preciso relativizar o relativismo cultural, no sentido de vê-lo não como um princípio absoluto, mas como um instrumento que possibilite o encontro de forma respeitável. Essa relativização é capaz de evitar que a diferença, exaltada, contrarie os valores dos direitos humanos como uma forma de justificar os regimes de segregação, por exemplo. Se o direito à

mudança não for respeitado, “O direito à diferença é então transformado em obrigação de diferença”. (Cuche, 2002, p.241).

As culturas não são totalmente dependentes ou totalmente autônomas. Na verdade, quando se pensa em relação dialógica entre culturas diferentes, a idéia é a de que as sociedades são interdependentes e de que a dinâmica cultural tem a ver, em grande parte, com o contato entre elas.

Essa idéia de interdependência está relacionada, portanto, ao encontro intercultural, fundamental para que uma sociedade possa pensar sobre si mesma e compreender que sua cultura não pode ser usada como força argumentativa inquestionável para explicar e justificar tudo², inclusive os atos de violência e desrespeito aos direitos humanos.

Um espaço de diálogo intercultural, então, é necessário. É nele que se poderá incluir a argumentação do outro, do diferente. Rouanet (1990, s/n) fala sobre essa questão:

(...) temos, isso sim, que tratar nossos interlocutores como seres racionais, capazes de argumentação, e a melhor maneira de prestar homenagem à dignidade humana desses seres racionais é incluí-los na esfera da argumentação, em vez de mantê-los num santuário extra-argumentativo, como os animais ameaçados de extinção.

Podemos ilustrar essa relação dialógica por meio do exemplo observado, em 1957, por Roberto Cardoso de Oliveira acerca da prática do infanticídio entre os Tapirapé e a reação a essa prática por parte de missionárias católicas que viviam na aldeia.

Por questões relacionadas à sobrevivência, os Tapirapé tinham como costume eliminar o quarto filho. Assim, segundo eles, a população se manteria em número reduzido (aproximadamente 1000 habitantes) e poderia garantir que o ecossistema local supriria as necessidades de sobrevivência do grupo. Essa prática acompanhava os Tapirapé por muito tempo, por isso, estava enraizada entre eles. Tanto que, na época da pesquisa feita por Cardoso de Oliveira, o número de habitantes da aldeia era de apenas 54 indígenas mas eles continuavam a praticar o infanticídio.

As missionárias, diante do infanticídio do quarto filho, argumentaram contra essa prática evocando princípios religiosos sobre a vida como um dom divino e que por isso precisa ser preservada. Com esse argumento, o que as freiras diziam não tinha sentido para os Tapirapé que valorizavam, prioritariamente, a vida da coletividade e não a do indivíduo. No entanto, ao

² Roberto Cardoso de Oliveira (2000, s/n) afirma que: (...) *nem tudo o que está na tradição ou na cultura pode (ou deve) ser tomado como norma ou critério do que seria correto ou bom.*

mudarem a argumentação e ao focalizarem sobre a questão da grande diminuição dos indivíduos na aldeia, ameaçada ainda mais com o infanticídio do quarto filho, as freiras tiveram uma resposta positiva dos indígenas que reviram essa prática tradicional e que parecem tê-la abandonado. Roberto Cardoso de Oliveira (2000, s/n) fala sobre esse fato:

A consideração desse fato nesta conferência oferece a oportunidade de examinarmos não apenas um choque de valores morais (o peso relativo da vida individual para os Tapirapé e seu peso absoluto para as missionárias), mas uma forma criativa de buscar uma solução "negociada" entre comunidades orientadas por pontos de vista distintos. São, portanto, dois horizontes que acabam por fundir-se no exercício do diálogo interétnico, formador de uma única comunidade de comunicação, capaz, por sua vez, e pelo menos em algumas ocasiões, de atuar como uma comunidade de argumentação.

O exercício da argumentação entre culturas diferentes mostra-se essencial para uma troca intercultural baseada na ética e no respeito à diferença. Dessa forma, os universais propostos pela Carta dos Direitos Humanos podem ser pensados em relação às práticas particulares culturais. A ética e a abertura para a argumentação podem, então, intermediar a aparente contradição posta entre a universalidade dos direitos humanos e a afirmação do direito à diversidade cultural. Rouanet (1990, s/n) sintetiza essa noção:

A ética comunicativa é universalista. Ela se funda na hipótese de uma natureza humana universal, fundada na universalidade da comunicação pela linguagem. A moldura argumentativa é igualmente universal, não no sentido de que não existam discursos locais, em que os interessados abrangeriam apenas um grupo social específico, mas no sentido de que os argumentos usados devem ser susceptíveis de convencer todos os seres racionais, mesmo os não diretamente envolvidos.

A tensão entre direitos humanos e relativismo cultural será, neste trabalho, ilustrada pela história de Iganani, criança Suruwahá, que nasceu com paralisia cerebral e livrou-se do infanticídio pela intervenção da mãe. Na mesma época em que nasceu Iganani, nasceu Sumawani, criança com traços de hermafroditismo. Embora o caso das duas apontem para essa tensão entre diversidade cultural e direitos humanos universais, abordaremos neste trabalho apenas a trajetória de Iganani porque tem implicações fortes até hoje e porque, ao contrário de Sumawani, ainda não voltou à aldeia e encontra-se em Brasília, juntamente com a mãe, para fins de tratamento.

A etnia Suruwahá localiza-se na bacia do rio Purus, sudoeste do Amazonas e conta com aproximadamente 144 membros.

Para os Suruwahá, como para a maioria das etnias indígenas, a coletividade é importantíssima no que tange às decisões, escolhas e acontecimentos mais corriqueiros da vida. O coletivo está acima do individual. O nascimento de uma criança, por exemplo, é algo que interessa a todos os membros da tribo. Os problemas são compartilhados por todos, assim como as alegrias. Por isso, o nascimento de Sumawani e de Iganani, uma criança hermafrodita e outra com paralisia cerebral, é uma questão de toda a tribo indígena, não só dos pais e dos parentes. Entre os Suruwahá, o nascimento de uma criança que apresenta alguma anomalia física, bem como de filhos considerados ilegítimo e o de gêmeos, é considerado uma maldição e uma ameaça ao bem-estar de toda a tribo. Assim, há a prática do infanticídio entre eles quando ocorre um caso desse tipo.

Os Suruwahá, no entanto, não são um povo completamente isolado do contato com os grupos da sociedade envolvente. Esses indígenas compreendem, de maneira geral, os malefícios e os benefícios produzidos pelos “brancos”. Eles sabem, por exemplo, que há recursos médicos no “mundo branco” que poderiam beneficiá-los e foi exatamente por isso que Iganani e Sumawani não foram mortas ao nascer. O próprio cacique da tribo propôs aos pais a intervenção da medicina do “branco” para o tratamento das crianças e disse que se elas fossem curadas seriam reinseridas na sociedade tribal. Houve uma opção pela vida, neste caso.

Diante disso, Sumawani e Iganani foram levadas, com a ajuda de dois lingüistas e missionários da JOCUM (Jovens com uma missão), para São Paulo, a fim de serem tratadas pela medicina “branca”. Depois de muita polêmica sobre os casos, que foram divulgados pela Rede Globo de Televisão, no Programa “Fantástico”, as crianças receberam tratamento adequado. Sumawani está de volta à aldeia. Passou por uma cirurgia reparadora e foi constatado que é uma menina. Ela precisa tomar medicamentos à base de hormônio para se desenvolver. Iganani ainda recebe tratamento, em Brasília. Houve uma evolução bastante positiva de seu quadro, depois de passar por cirurgia, inclusive. A mãe de Iganani, contudo, tem sofrido muito em relação ao possível retorno para sua aldeia. A criança sempre apresentará dificuldades quando ao desenvolvimento e isso implica em ameaça quanto à própria vida dela e da mãe na comunidade indígena.

Passamos, agora, a contar a trajetória de Iganani e sua mãe, Muwaji. A idéia deste trabalho é colocar em discussão, por meio dessa trajetória, aspectos implicados à diversidade cultural, de um lado, e aos universais dos direitos humanos, por outro. A história será contada em forma de diário, destacando os principais fatos que ocorreram no período que compreende janeiro de 2004 a março de 2008. O diário abaixo foi elaborado pela por Márcia Suzuki, que acompanhou e

acompanha a trajetória de Muwaji e sua filha, Iganani. Foram selecionados os meses que mais expressam os momentos críticos e de mudança pelos quais Muwaji Suruwahá e sua filha passaram.

A SAGA DE MUWAJI SURUWAHÁ

Meu contato com o povo Suruwahá teve início no ano de 1990, quando fui enviada como missionária da organização religiosa JOCUM (Jovens Com Uma Missão) para trabalhar nas áreas de pesquisa lingüística e etnoeducação. Meu esposo, Suzuki, já trabalhava com eles havia 4 anos e tinha um domínio razoável da língua. Passávamos a maior parte do ano intercalando períodos de 1 mês na aldeia com períodos de 15 dias na casa de apoio da nossa equipe, que ficava distante da região das malocas cerca de 10 horas de caminhada.

Minha formação de mestre em lingüística me ajudou a penetrar no mundo dos Suruwahá através de um estudo aprofundado da língua. Como passávamos muito tempo nas malocas, dormindo em redes e participando da vida comunitária, desenvolvemos um relacionamento muito próximo com os indígenas. Devido ao acesso à aldeia se dar somente a pé, não podíamos levar mantimentos para nossa alimentação. Isso também nos ajudou a aprofundar relacionamentos, pois tínhamos que ir com eles diariamente aos roçados e às pescarias para garantir nosso sustento.

O período da noite, entretanto, era a parte do dia mais rica para a vida comunitária. Passávamos longas horas sentados ao redor da fogueira, nas rodas de rapé, ouvindo os casos do dia-a-dia e as longas narrativas dos mais velhos. Além da formação acadêmica, nosso preparo missionário também nos ajudou a entender melhor o povo e desenvolver relacionamentos de confiança e intimidade. A curiosidade pelas coisas do mundo espiritual e o desejo de entender as necessidades emocionais das pessoas acabou por nos aproximar das lutas e dos dilemas que afligem não só o povo de forma coletiva, mas também nos sensibilizou para o drama individual de mulheres como Muwaji Suruwahá. Foram mais de 20 anos de convivência e passamos a ser para eles uma referência nas relações com o mundo de fora. O domínio da língua Suruwahá certamente teve um papel fundamental nesse processo.

Janeiro de 2004

Muwaji está grávida. Ela é jovem, alegre, vive correndo pra cima e pra baixo, inventando sempre alguma novidade. Todos da aldeia estranham vê-la caminhando pela aldeia com a barriga já bem grande, como se nada estivesse acontecendo. Ela parece ignorar os olhares de desprezo e os comentários maliciosos. Para uma mulher Suruwahá, estar grávida depois de 10 anos de viuvez, é uma situação constrangedora. Jajawai, sua mãe, tenta aliviar a vergonha dizendo que o sêmem do genro era poderoso, e estava guardado no útero da Muwaji desde a época do suicídio dele. Muwaji não dizia nada. Vivia ocupada, fazendo panelas, ajudando outras mulheres, cuidando de crianças órfãs. A barriga crescia e ninguém sabia o que ela ia fazer com a criança. Entre os Suruwahá, mulheres não têm permissão da comunidade para criar filhos ilegítimos. As crianças geralmente são abandonadas no mato logo depois do parto. Morrem por exposição e abandono. Mas parece estranho imaginar Muwaji fazendo isso, pois ela sempre encorajou as mulheres a

criar seus filhos, mesmo quando eles têm algum tipo de problema físico ou mental. Ela adora crianças e, vez por outra, resgata na mata algum bebê abandonado pela família. Geralmente, acaba convencendo os familiares a cuidar da criança, embora em alguns casos não tenha conseguido.

Março de 2004

Muwaji dá à luz a Iganani, sua primeira filha. O menino, filho de Siuburi, o marido morto, já estava com quase 10 anos. Contam algumas mulheres da aldeia que Muwaji sofreu muita pressão para fazer o que fez – abandonou a menina recém-nascida na capoeira. Segundo o que dizem alguns membros da aldeia, Muwaji voltou para sua rede calada, com cara de raiva. Estava exausta, ficou quieta por horas, sem dizer uma palavra. Ninguém na aldeia perguntou nada, parecia que todos concordavam que Muwaji estava fazendo a coisa certa. Era mesmo uma vergonha para uma viúva criar uma criança sem pai. Seria uma vergonha para toda a família, um peso para a comunidade. Mas Jajawai, mãe de Muwaji, percebeu o desespero da filha, mesmo sem ela dizer uma palavra. Silenciosamente Jajawai foi até à capoeira e trouxe o bebê. Muwaji resistiu a princípio, parecia muito doloroso para ela. Mas aos poucos foi se encantando com a menininha, e resolveu ficar com ela. Iria ter que enfrentar o desprezo da comunidade, a luta para alimentá-la sozinha, a revolta até do filho Ahuhari. Mas decidiu ficar com ela mesmo assim. Cortou o cabelinho dela à moda Suruwahá, depilou sombrancelhas, tratou o cordão umbilical. Jajawai já está parecendo uma avó “coruja”, apesar da situação constrangedora. Aos poucos os parentes mais próximos, principalmente as mocinhas, vão se aproximando.

Dezembro de 2004

Muwaji tentou ser forte o quanto pode, mas agora já está difícil esconder a triste verdade. Sua filhinha Iganani, além de ilegítima, tem uma deficiência. Ela tem muita dificuldade de se alimentar, se engasga e vomita o tempo todo. Além disso, não movimenta uma das mãos e nem as perninhas. Muwaji tentava esconder isso apertando-a junto ao seu corpo enquanto pode, mas agora toda a aldeia já percebeu. Todo mundo chama a menina de “diumuri”, um termo usado para criança aleijada. Muitos dizem que ela não é filha de gente, mas de algum animal. Muwaji se esconde da comunidade, passa a maior parte do tempo só com Iganani, trabalhando na roça ou andando pela mata. Tenta voltar para a casa só depois que escurece, quando fica mais fácil esconder a menina.

Janeiro de 2005

Muwaji decide abandonar Iganani na mata. Vai com ela até uma capoeira velha, cheia de espinhos, não muito longe da maloca. Larga Iganani no chão e corre para casa, sem olhar para trás. Deita-se na rede e começa a tecer fios de envira nervosamente, tentando ignorar o chorinho da menina. Nessa hora tinha pouca gente na maloca, a maioria tinha saído para pescar ou para trabalhar na roça. Mas algumas mulheres estavam por ali e ouviram o choro insistente e fino da criança, vindo da capoeira. Muwaji fingia não ouvir, mas não conseguia conter o choro. Depois de não sei quanto tempo não suportou mais – correu e resgatou Iganani. Os ratinhos já estavam mordendo as perninhas dela. Muwaji abraçou-a com força e decidiu nesse momento que nunca mais abandonaria Iganani, não importando o que acontecesse.

Março de 2005

Muwaji mostra sua filhinha para uma equipe médica que faz uma expedição na aldeia Suruwahá. Pergunta se tem remédio para sua doença. Os médicos respondem, com a ajuda do intérprete Moisés, missionário da JOCUM, que seriam necessários exames na cidade. Muwaji decide sair da aldeia junto com a equipe, de helicóptero, em busca de tratamento médico para a filha. Mas na hora de embarcar, seu filho Ahuhari se esconde na mata e ela desiste. Ela não sairia da aldeia sem Ahuhari.

Maio de 2005

Uma equipe de vacinação chega à aldeia e Muwaji consegue convencer Ahuhari a viajar com ela para Lábrea, o município mais próximo da aldeia. Diz a ele que de lá iriam para Porto Velho, encontrar com Moisés e Lucília. Rosa, uma missionária do CIMI (Conselho Missionário Indigenista), ajuda Muwaji a embarcar no helicóptero e a envia até Lábrea junto com o dentista. Em Lábrea, Muwaji se encontrou com os missionários da JOCUM, que a levaram até Porto Velho. As despesas do vôo foram cobertas pela FUNASA.

Junho de 2005

Muwaji está em Porto Velho junto com a equipe da JOCUM, e Iganani está fazendo fisioterapia esporadicamente, mas não há na cidade uma equipe especializada em tratar paralisia cerebral. Muwaji não parece satisfeita com o tratamento. Além da família dela, havia em Porto Velho uma outra família Suruwahá, cuja filha nasceu com pseudo-hermafroditismo. Era a família de Naru, filho do falecido líder dos Suruwahá. Naru e sua família estavam aguardando a documentação da FUNAI e da FUNASA para serem encaminhados para São Paulo, onde sua filha, Sumawani, faria uma cirurgia. Muwaji sabia que quando eles viajassem para São Paulo, ela teria que ficar sozinha em Porto velho, sem intérprete, ou teria que voltar para a aldeia.

Muwaji pensou muito, conversou com seu filho, e decidiu não voltar para a aldeia ainda. Iganani estava do mesmo jeito, não tinha melhorado em nada. Ela sabia que se chegasse lá com Iganani do mesmo jeito ela iria acabar tendo que matar a filha, e ela não queria isso. Disse várias vezes que preferia se suicidar.

Muwaji decide pedir ajuda à nossa equipe. Pediu que a levássemos junto com a família de Naru para São Paulo. Assim ela poderia mostrar Iganani para os médicos de lá, e quem sabe eles poderiam fazer uma cirurgia nela também. Nós explicamos que o problema de Iganani era diferente do problema de Sumawani, filha de Naru. Explicamos que os médicos não sabiam como curar a doença de Iganani, mas que eles podiam fazer um tratamento para ela melhorar. Mesmo assim, Muwaji insistiu, dizendo que tinha medo de ficar em Porto velho sem intérprete e que se não fosse para São Paulo teria que voltar para a aldeia. Nós sabíamos o que significava para o futuro da Iganani voltar para aldeia e então decidimos atender ao pedido dela e levá-la para São Paulo junto com a família do Naru.

Agosto de 2005

Com a decisão dos Suruwahá e com os documentos de autorização fornecidos pela FUNAI de Lábrea em mãos, nossa equipe organizou toda a viagem e levou os Suruwahá para São Paulo no mês de agosto de 2005. Nossa equipe contou com apoio de amigos em São Paulo, que ofereceram toda a infra-estrutura para receber os indígenas. A família Suruwahá ficou hospedada numa chácara em Embura, longe do barulho da cidade e da curiosidade das pessoas. Nesta chácara eles ficaram hospedados numa construção japonesa, um tipo de pagode, em forma circular semelhante

à maloca Suruwahá. Além disso, a construção permitia que redes fossem atadas e havia até um local apropriado no centro da construção onde eles acendiam uma fogueira para se aquecer nas noites frias de São Paulo. Os Suruwahá preparavam sua própria comida, uma dieta baseada em peixe, carne de porco e frango, muitas frutas e tubérculos.

Assim que se estabeleceram em São Paulo, os Suruwahá gravaram uma mensagem que foi enviada para Porto Velho e encaminhada aos seus familiares na maloca. Na mensagem eles falavam da estranheza que sentiram, da gripe que pegaram, da feiúra da cidade e da saudade que sentiam dos parentes. Mas falaram também da expectativa e esperança que tinham no restabelecimento de suas crianças. Acreditavam que os médicos de São Paulo eram muito bons e que sabiam muito bem como tratar as crianças.

Setembro de 2005

Iganani está fazendo tratamento no Centro de Reabilitação da USP. É atendida quase todos os dias da semana e está tendo uma melhora impressionante. É atendida por uma equipe completa que envolve psicólogos, fonolodólogos, fisioterapeutas e outros. Os médicos dizem que se fizer reabilitação contínua, Iganani tem muitas chances de aprender a andar. Muwaji está animada com o tratamento e nem fala em voltar para a aldeia. Mas acompanha com preocupação a luta da família de Naru para conseguir realizar a cirurgia corretora do órgão genital da filha, Suwamani. Muwaji diz que, todas as noites, Naru chora na rede antes de dormir.

Quanto à Muwaji, ela voltou a ser alegre e viva como era antes. Come de tudo o que aparece, está até ganhando peso. Quando perguntamos por que ela está comendo tanto, ela responde que na aldeia ela e o Ahuhari passavam fome. Diz que quer aproveitar ao máximo essa fartura, que não está preocupada com nada. Ficamos impressionados com a alegria e encantamento de Muwaji. Ela adora viajar de carro de Embura até o Hospital, não se incomoda nem um pouco com o engarrafamento. Na volta, quando geralmente já é noite, fica encantada com a fileira de luzes coloridas nas estradas, com os letreiros luminosos, com tudo o que vê. Adora ir ao supermercado, acha divertido ver as pessoas enchendo os carrinhos de compras, gosta de experimentar tudo. Muwaji acha estranha a reação de Naru, que não aproveita tanto as coisas da cidade e vive com saudade da maloca. Ela sempre diz: “Comigo está tudo bem.”

Setembro de 2005

Embora as coisas estejam indo bem para Muwaji, para Naru as coisas estão se complicando cada vez mais. Quando todos os exames estavam prontos e a cirurgia da filha ia ser marcada, iniciou-se uma batalha burocrática. Como indígena de uma tribo recém contactada, Naru era considerado incapaz de autorizar a cirurgia de sua filha. Quem deveria fornecer essa autorização era o Estado Brasileiro, através da FUNASA. O Hospital das Clínicas entrou em contato com a FUNASA, mas por complicações, a princípio burocráticas, a instituição não forneceu essa autorização imediatamente. Nesse ínterim, houve uma denúncia em Manaus, feita pelo CIMI, dizendo que os Suruwahá teriam sido levados para São Paulo sem autorização da FUNAI. Com isso, o Ministério Público mandou um documento para o Hospital das Clínicas dizendo que estava investigando o caso. Em consequência desse documento, a questão da cirurgia de Sumawani foi parar no Departamento Jurídico do HC e o médico ficou impedido de realizá-la.

As semanas se passam e a situação não se resolve. Naru perguntou o que estava acontecendo e nós explicamos que faltava um documento de autorização, dizendo que a criança poderia ser operada. Explicamos que se alguma coisa desse errado e a criança morresse na cirurgia, alguém teria que se responsabilizar. Naru respondeu que ele era o pai e que ele se responsabilizaria. Nós

explicamos que isso não adiantava, que a autorização dele não era suficiente. Naru e sua esposa estavam perdendo a paciência e entrando em depressão. Naru chorava todas as noites em sua rede. Ele se sentia humilhado por não poder decidir o que fazer com sua própria filha. Ele repetia, a toda hora, que os brancos os estavam tratando como animais.

A notícia sobre o drama dos índios Suruwahá em São Paulo foi se espalhando pela mídia, a começar por uma denúncia do CIMI no jornal do Estado do Amazonas.

Uma jornalista da Rede Globo procurou a equipe da JOCUM para fazer uma matéria para o programa Fantástico. Nós conversamos com os Suruwahá e explicamos o que estava acontecendo. Dissemos que todo mundo estava falando sobre eles e perguntamos se eles queriam se manifestar, explicar o lado deles. Dissemos que muita gente iria assistir ao programa e que a confusão iria aumentar. Explicamos a eles que ia ter mais gente falando sobre o assunto, mais opiniões diferentes, mais dificuldades, talvez mais demora. Mas que provavelmente a cirurgia só iria sair se eles mesmos, os pais das crianças, deixassem bem claro qual era a vontade deles. Os Suruwahá novamente pensaram, conversaram entre si e decidiram contar tudo para a jornalista.

Na entrevista, todos eles se manifestaram e Naru fez um apelo para que sua filha fosse operada. Muwaji explicou a situação de sua filha Iganani e deixou bem claro seu desejo de prosseguir com o tratamento médico. Disse que estava disposta a ficar na cidade por tempo indefinido, se fosse necessário, para garantir o tratamento médico de Iganani. Quando a jornalista perguntou se ela tinha saudade da aldeia, ela simplesmente respondeu: “Não estou nem pensando na maloca, só estou pensando na minha filha.”

No dia seguinte à veiculação do programa, o Dr. José Maria, coordenador de saúde indígena da FUNASA, viajou de Brasília até São Paulo para autorizar a cirurgia da filha de Naru. Somente quando o drama dos Suruwahá foi exibido em rede nacional, em horário nobre, foi que a FUNASA decidiu emitir a autorização.

Muwaji continua feliz fazendo o tratamento médico de sua filha e aproveitando ao máximo seu tempo na cidade. Sonha com o dia que sua filha conseguirá andar e elas poderão voltar aos Suruwahá.

Outubro de 2005

Mas nem tudo ficou tão bem como Muwaji esperava. Depois da veiculação do drama da família Suruwahá no programa Fantástico, muita coisa mudou para eles. Os órgãos do governo se sentiram ofendidos, ou provocados com a matéria. Na semana seguinte, o mesmo programa veiculou uma outra matéria dizendo que os Suruwahá tinham sido trazidos para São Paulo sem autorização e que a FUNASA ia assumir o tratamento médico deles, tirando-os das mãos dos missionários.

Seguiram-se longas reuniões com o Ministério Público, com antropólogos, e com o pessoal da FUNASA. Pareciam sessões de interrogatório, longas sabatinas, nas quais os Suruwahá tinham que provar que realmente queriam o tratamento médico dos filhos, que não estavam sendo induzidos pelos missionários a tratar as crianças. Um Procurador da República do Estado do Amazonas veio pessoalmente até à chácara em Embura para conversar com os índios. Trouxe uma intérprete ligada ao CIMI alegando que precisava de um intérprete “neutro”. Como a moça estava fora da aldeia havia muitos anos e não dominava bem a língua, então quem acabou tendo que interpretar foi mesmo o Suzuki e eu. O procurador dirigiu-se à Muwaji repetidas vezes, fazendo perguntas do tipo:

“Porque você não quer matar sua filha?”

“Porque você não segue a cultura do seu povo?”

“Você sabe que ela nunca vai andar?”

“Você sabe que ela nunca vai ser igual às outras crianças?”

“Você tem mesmo certeza que quer o tratamento?”

Muwaji simplesmente não respondia. Ficou muito ofendida com as perguntas, muito aborrecida, e preferia não falar. Respondia simplesmente que não queria matar sua filha. Os que tiveram mais coragem de se expressar foram Naru e Siagani, amigo de Naru que tinha viajado junto com ele, porque Naru tinha medo de sair da aldeia sem um outro homem para acompanhá-lo. Eles disseram que o procurador não os conhecia, não era pai nem parente deles, que ele não tinha nada a ver com isso. Perguntavam quem o tinha envolvido nesse assunto. Siagani pegou uma foto dos Suruwahá na maloca, mostrou ao procurador e disse:

Aqui nós estamos de roupa, mas na aldeia é assim que nós nos vestimos. Nossa roupa é diferente, nossa língua é diferente, mas nós não somos bicho, somos gente. Porque você está nos tratando assim?

A explicação que o procurador e o antropólogo do Ministério Público fornecem aos Suruwahá para as sessões de interrogatório é praticamente intraduzível. Nós temos que encontrar palavras para expressar conceitos que para os Suruwahá soam completamente absurdos. Traduzir, por exemplo, o que é Ministério Público, o que é Estado Brasileiro, qual o trabalho de um antropólogo, o que dava ao procurador legitimidade para interferir na decisão do Naru de operar a filha, o que significam as expressões “tutelado” ou “parcialmente capaz”, exigia de nós um difícil esforço cognitivo.

Dissemos que o procurador é responsável por eles, que tem que protegê-los de pessoas que podem prejudicá-los, que quer saber se eles querem mesmo cuidar de seus filhos, se isso é idéia deles ou de outra pessoa, se eles estão informados sobre os riscos do tratamento, coisas assim. Os Suruwahá parecem totalmente inconformados com essas explicações. Eles respondem que o “dono” deles é Ajumarihi³, mas que eles mesmos o mataram e que agora eles vivem por conta própria, que ninguém é responsável por eles nem manda neles.

Novembro de 2005

Muwaji está revoltada. Quase não dorme à noite e arrumou uma cordinha para contar os dias. A cada dia dá um nó na corda para sentir que tem algum controle sobre o passar do tempo. Chora de saudades dos parentes e está muito desanimada com tudo. No início do mês, foram levados da chácara para a CASAI (Casa do Índio) de São Paulo contra a sua vontade. Uma Procuradora da República, de São Paulo, comunicou-nos a decisão e disse que a FUNASA assumiria o tratamento dos Suruwahá. A decisão foi noticiada nos jornais do Amazonas.

Os Suruwahá foram alojados numa sala no segundo andar de um sobrado na cidade de São Paulo. Nós tínhamos autorização para estar com eles apenas 1 hora por dia, no horário de visitas. Eles estavam sem intérprete a maior parte do tempo, e começaram a entrar em depressão. Embora a equipe da CASAI seja muito atenciosa, eles não falam nem entendem nada de Suruwahá e os indígenas se sentem inseguros. Reclamam o tempo todo da comida, da convivência forçada com indígenas de outras etnias, do banheiro, da solidão e da saudade da aldeia. Muwaji sente muita saudade do pai e dos irmãos e diz que quer ir embora. Sumawani já havia recebido alta médica, mas os Suruwahá estavam esperando pela burocracia da FUNAI e da FUNASA para poder viajar.

³ Ajumarihi é um ser mítico, criador dos Suruwahá, que foi assassinado por suas próprias criaturas

A viagem de retorno à aldeia foi adiada pela FUNASA por vezes e os Suruwahá se sentiam enganados e não acreditavam em mais ninguém. Perderam totalmente o controle do que acontecia com eles. Não conseguiam entender porque nós permitimos que eles fossem transferidos para a CASAI, e também nos culpavam por não levá-los logo de volta para a aldeia. Tentamos explicar como funcionam as coisas na nossa sociedade, mas eles estavam muito tristes e não queriam entender.

Depois de muita insistência e de uma longa reunião com a Procuradora da República, conseguimos maior flexibilidade nos horários de visitas aos Suruwahá. Os enfermeiros passaram a nos ligar para pedir ajuda com os Suruwahá. Pediam-nos que traduzíssemos algumas coisas, às vezes pediam que algum de nós dormisse na CASAI para ajudar a prepará-los para algum exame. Aos poucos, os funcionários da CASAI começaram a liberar mais os Suruwahá para saírem conosco, e isso ajudou um pouco. Nós os levávamos para dar uma volta, comer um peixe assado, coisas assim.

Os Suruwahá aguardavam a autorização da FUNAI e da FUNASA para o retorno à aldeia. Nos dias que antecederam essa autorização, perguntamos à Muwaji se ela iria voltar para São Paulo para continuar o tratamento de Iganani. Ela afirmou que sim, que não podia ficar com ela na aldeia senão ela iria morrer. Perguntou se nós estaríamos em São Paulo esperando por ela e respondemos que sim. Ela estava decidida a voltar porque gostava muito do tratamento que ela estava fazendo e estava vendo resultados no estado geral de Iganani. Apesar de estar se sentindo cansada e humilhada com as coisas que tinham acontecido recentemente, Muwaji queria voltar para continuar o tratamento.

Dezembro de 2005

Finalmente, a FUNAI e a FUNASA providenciam o retorno dos Suruwahá para a aldeia. Muwaji passou um mês com os parentes e pôde comer muito peixe e pupunha. Mas, ainda constatava que não pode viver lá com Iganani na condição atual. Muitas pessoas na comunidade desprezavam a menina e a desprezavam por ela estar mantendo viva uma “diumuri” que não andava. Alguns homens chegaram a agredir Muwaji e Iganani com palavras. Ela, sem saber como reagir emocionalmente a essa pressão, acabava deixando Iganani na mão de suas irmãs pequenas. Iganani ficou sem cuidados e chegou a ser fisicamente agredida durante esse tempo.

Fevereiro de 2006.

A família de Muwaji saiu novamente da aldeia, junto com a família de Naru. Dessa vez, saíram de barco, fretado pela FUNASA. O grupo era composto por 8 pessoas: Naru, sua esposa Kusiumã, e seus filhos Sumawani e Atiasiu; e Muwaji, seus dois filhos Iganani e Ahuhari, e seu irmão Aji. Suzuki participou da viagem como intérprete, a convite da FUNASA. Os funcionários da FUNASA diziam que a filha de Naru iria fazer exames em Manaus e voltaria em poucos dias, e que a família de Muwaji seria encaminhada para São Paulo para Iganani continuar o tratamento. Os Suruwahá disseram que não queriam ficar na CASAI, mas o pessoal da FUNASA disse que eles não tinham opção. Tinha que ser na CASAI, mas que estava sendo construído dentro de seu terreno um espaço separado, somente para os Suruwahá.

Quando chegaram em Manaus, os Suruwahá foram levados para a CASAI. O “local” que seria preparado para eles ainda não estava pronto. Era uma espécie de “maloca”, uma construção minúscula, redonda, com menos de 3 metros de diâmetro, com um poste no centro e construída embaixo de uma jaqueira. Os Suruwahá ficaram chocados quando viram a construção. Como eles iriam atar 9 redes naquele espaço? Como poderiam dormir embaixo de uma árvore? Era muito perigoso, um galho poderia cair em cima deles e machucar as crianças.

O administrador da CASAI, Adilson, decidiu desocupar sua sala e colocar ali todos os Suruwahá e Suzuki também. Foram providenciados armadores de rede no dia seguinte e os Suruwahá ficaram bem alojados. Adilson “mudou” a administração para um outro local. Ele foi muito atencioso com os Suruwahá e os levou para um passeio.

13 de fevereiro de 2006

O Procurador da República vem até à CASAI conversar com os Suruwahá. Os Suruwahá estão com muita raiva e deixam bem claro que não vão dormir naquela “maloca” que eles estavam construindo. Dizem que o local é perigoso, que o espaço é pequeno demais, que tem muita lama, que não é local para “gente” morar. Perguntam ao procurador onde ele morava e como era a casa dele. Perguntaram também se ele dormiria num local como aquele. Naru estava muito ofendido com o fato deles terem imaginado que os Suruwahá aceitariam dormir num local que ele considerava um local “para porcos”. Com isso, o procurador prometeu mandar construir uma casa apropriada para eles.

Mas nenhum deles estava interessado nisso. Naru queria que sua filha fizesse os exames e queria voltar imediatamente para sua casa. Isso porque ele tinha deixado muitas coisas por fazer lá, tinha muitas responsabilidades. Tinha que acabar de construir sua casa e tinha que trabalhar na sua zarabatana, por isso não podia se demorar em Manaus.

Muwaji, por sua vez, também não estava interessada na casinha prometida pelo procurador. Queria ir para São Paulo continuar o tratamento de Iganani, como tinha sido combinado.

21 de fevereiro de 2006

Todos continuam na CASAI de Manaus e estão muito frustrados e nervosos. Todos contraíram gripe e Iganani e Muwaji estão com suspeita de malária. As crianças vomitam muito e eles passam o tempo todo dentro do escritório do Adilson, que acabou sendo o quarto dos Suruwahá. Eles não saem de lá porque estão com muito medo dos outros índios e das pessoas estranhas que ficam olhando muito para eles. Eles se sentem muito visados e ameaçados e têm muito medo de contrair doenças dos “índios”. Estão sempre reclamando de serem obrigados a conviver com índios, e afirmam que eles não são índios, mas são Suruwahá, e que não deveriam estar se misturando daquele jeito.

Muwaji está com raiva porque as enfermeiras disseram que Iganani não vai mais fazer tratamento em São Paulo, que agora vai ser em Manaus. Ela não quer nem pensar em ficar em Manaus, pois detesta a CASAI, além do que Iganani só vai ao médico de vez em quando, para umas sessões de 15 minutos de fisioterapia. Ela sempre se lembra de São Paulo, onde o tratamento era muito bom, que Iganani passava a manhã inteira no Hospital, três vezes por semana. Muwaji fica muito frustrada e acha que se ficar em Manaus Iganani nunca vai aprender a andar.

A tensão aumenta pois ninguém fala quando eles vão poder ir embora. Naru e sua mulher, Kusiumã, estão mais nervosos a cada dia, pois Sumawani já tinha feito os exames de sangue e eles querem muito voltar para a aldeia. As crianças estão com vômito e diarreia e só ficam dentro do quarto porque os pais não querem que elas saiam.

22 de fevereiro de 2006

Eu, Márcia, estava em Manaus acompanhando tudo, mas hospedada em outro local. Vendo a situação de depressão dos Suruwahá, decidi convidá-los para assar peixe e comer conosco na casa onde eu estava hospedada. Achamos que se saíssem de lá um pouco, se passassem uma tarde fora, talvez melhorasse o ânimo deles. Mas, os funcionários da CASAI não nos permitiram sair com os Suruwahá. Depois de muita burocracia, os Suruwahá conseguiram sair para um passeio, na chácara de um amigo do Adilson. Nós fomos juntos e percebemos que a situação entre os Suruwahá estava cada dia mais tensa. E o pior é que a FUNASA não dava nenhuma definição a eles sobre que dia eles poderiam ir embora dali.

01 de março de 2006

Suzuki me liga dizendo que Naru tinha ficado com raiva porque o Atiasiu, seu filho, tinha saído do quarto para brincar na calçada. Ele foi lá buscá-lo e, muito nervoso, bateu nele. Voltou para o quarto e discutiu com a Kusiumã, sua mulher. Logo depois rasgou sua rede ao meio. Nós sabemos o que isso significa. Naru tinha chegado ao seu limite. Cortar a rede é geralmente a última coisa que um Suruwahá faz antes de tomar veneno (timbó).

O pessoal da CASAI ficou muito assustado e com medo do que poderia acontecer. Avisaram o Ministério Público e pediram providências.

02 de março de 2006

Um antropólogo do Ministério Público vem até à CASAI para ver a situação. Os Suruwahá estão revoltados e todos dizem que querem ir embora imediatamente para a aldeia. O antropólogo sai dizendo que vai pedir uma reunião para resolver a situação.

03 de março de 2006

Logo pela manhã começam a chegar à CASAI pessoas para resolver a situação dos Suruwahá. Chegam Gunter, padre e antropólogo do CIMI que fez o contato com os Suruwahá e sabe um pouco da língua, Pedro, também do CIMI, ele que trabalha na área e domina um pouco a língua deles. Vêm o procurador da República, Dr. André Lasmar; o antropólogo da procuradoria, Walter; um agente da ABIN enviado pela Presidência da República, e o coordenador de Saúde Indígena do Estado do Amazonas, Francisco Ayres. Pessoas que não conhecíamos também vão até à CASAI. Os Suruwahá estão assustados e com muita raiva. A reunião demora muito para começar.

Quando a reunião começa, todos estão muito tensos. Ocorrem algumas discussões antes de começar a reunião, mas nós estávamos tentando explicar as coisas para os Suruwahá e não conseguíamos acompanhar tudo o que estava acontecendo. Não conseguíamos ouvir o que eles estavam discutindo, mas a tensão era clara. Naru e Aji, irmão de Muwuaji, eram os que estavam mais nervosos e participaram da reunião somente porque se sentiram sem opção.

O procurador da República, Dr. André Lasmar, foi quem começou a conduzir a reunião. Ele explicou longamente que ele era responsável pelos Suruwahá, que o governo brasileiro tinha dado a ele essa responsabilidade, que ele tinha que protegê-los de pessoas que pudessem prejudicá-los. Eu traduzia cada frase para os Suruwahá. Estavam presentes na reunião outras pessoas, do CIMI, que conheciam a língua, e tinham a função de confirmar se eu estava traduzindo corretamente. Traduzir aquela reunião era uma experiência muito difícil. Explicar o conceito de “Estado Brasileiro” era o mais difícil. Mas esse conceito era fundamental para que o

discurso do Dr. André fizesse sentido. Aji assumiu uma posição bem ativa na reunião, e começou a questionar cada colocação do Dr. André. Num momento da reunião ele perguntou

- André, você já foi alguma vez na aldeia Suruwahá? Você já matou alguma anta? Você sabe fazer zarabatana? Você conhece meu pai? Você sabe nossa língua? Se não, porque você está querendo mandar em nós? Quem disse que você tem alguma coisa a ver com o nosso problema? Você não é nosso dono. Nós não temos chefe, nós não temos dono. Vocês podem mandar nos índios, esses povos que deixaram de ser nação e se transformaram em brancos (apontando para os indígenas das demais etnias que estavam na CASAI e assistiam à reunião). Mas em nós você não pode mandar. Nós não temos chefe, não temos dono. Nosso dono era Ajumarihi, mas nós o matamos. Hoje estamos sozinhos, ninguém manda em nós. Escuta, Andre, da próxima vez que você ouvir que tem Suruwahá na cidade, fica na sua casa, faz sua comida, não vem nos procurar. Nós não queremos. Você não tem nada a ver conosco. André, você entendeu? Você entendeu?

O Dr. Lasmar parecia muito incomodado e frustrado com as palavras de Aji. Ele não sabia o que responder e insistia que eu traduzisse que ele gostava deles, que queria o melhor para eles, que queria ajudar, que essa era a responsabilidade dele. Quanto mais eu traduzia, com mais raiva Naru, Aji, Kusiumã e Muwaji ficavam. Eles queriam entender logo o porque daquela reunião. Diziam que estavam com raiva, que estavam ofendidos, que o coração deles estava doendo por causa da reunião.

Francisco Ayres, que era coordenador de saúde, começou também a tentar explicar a reunião e explicar-se para os Suruwahá. Dizia que fizeram a reunião porque soube que eles tinham cortado as redes, que estavam com raiva e que queriam ir embora. Explicou que fizeram a reunião para ouvir os Suruwahá e saber o que eles realmente queriam. Se eles quisessem ir embora e quisessem desistir do tratamento das crianças, não tinha problema.

A essa altura, os Suruwahá já estavam totalmente aborrecidos e disseram que queriam ir embora de qualquer jeito. Então o Dr. Lasmar anunciou a todos que o Estado brasileiro respeitava o direito dos Suruwahá de não tratar suas crianças, e que estaria providenciando na manhã seguinte uma aeronave para levar todos eles até Lábrea, de onde seguiriam de barco até a aldeia.

Ele perguntou se estava bem para o Naru, e ele respondeu que sim. Quando fez a pergunta para Muwaji, ela disse que ia embora e que ia matar Iganani. Francisco me pediu para traduzir que ele cuidaria da menina para ela, se ela quisesse. Muwaji respondeu que preferia matá-la a entregá-la a ele. Iganani começou a gritar, pois entendia o que estavam dizendo.

Nesse momento, eu me levantei e deixei de agir apenas como intérprete. Levantei a voz e falei alto com o Dr. Lasmar:

- Isso é uma irresponsabilidade! Essas mulheres estão aqui há quase um mês, querendo ser ouvidas, querendo expressar a vontade delas, e ninguém ouve. Só humilham eles. Agora, num momento de raiva, quando a paciência deles foi testada até o limite, vocês “resolvem” ouvir a voz deles. Isso é uma irresponsabilidade!!! Vocês sabem que se ela voltar para a aldeia ela vai ter que matar a menina e talvez vai se matar. E a responsabilidade será nossa se nós permitimos que ela volte assim, com raiva.

Foi um silêncio geral, uma tensão terrível. Uns me olhavam assustados, outros com raiva, outros cochichavam entre si. O Dr. Lasmar, depois de algum tempo falou. A expressão dele me parecia honesta nesse momento. Eu e ele dialogamos:

Dr. Lasmar: Então, o que eu faço?

Márcia: Não sei, agora eu não sei. Vocês pensam que nós manipulamos os Suruwahá, mas isso não é verdade. Eles só fazem exatamente o que eles querem. Eu não sei o que fazer agora. Ela vai voltar e vai matar a menina.

Dr. Lasmar: Mas eu só queria saber se ela realmente quer o tratamento.

Márcia: Se você quer saber se ela ama a filha, é só passar um dia com ela. Você vai ver como ela a trata, como cuida dela.

Eles conversaram um pouco entre si, enquanto nós tentávamos explicar para os Suruwahá o que estava acontecendo, porque eu tinha gritado.

O procurador, então, anunciou que o vôo seria mesmo na manhã seguinte, mas que nós poderíamos ir com eles até Lábrea para tentarmos demover Muwaji de sua decisão.

4 de março de 2006

O vôo saiu cedo de Manaus até Lábrea. O Francisco Ayres foi até o aeroporto e conversou muito conosco, e nos pediu várias vezes que traduzisse suas desculpas aos Suruwahá pela reunião do dia anterior. Aji e Naru responderam que eles estavam muito magoados, com muita raiva. Que os brancos estavam tratando eles como animais.

O vôo até Lábrea foi tenso. Os Suruwahá não falavam nada. Quando chegamos em Lábrea, eles ficaram na casa da enfermeira Luciana, enquanto nós nos reunimos com o chefe do DSEI para explicar o que estava acontecendo. Quando voltamos para a casa da enfermeira, aconteceu algo que não esperávamos. Primeiro, Aji estava chateado, pois ao invés de ficar com eles naquele momento, fomos conversar com o pessoal da FUNASA. Depois ele disse que Muwaji tinha decidido deixar Iganani comigo para que eu tomasse conta dela até ela aprender a andar. Muwaji colocou a menina no meu colo sem dizer nada.

Nesse momento, o piloto já estava pronto para voltar para Manaus e nós pedimos que ele esperasse. Eu segurei Iganani no meu colo e não a larguei mais. Muwaji queria ir logo para o barco, que deveria sair imediatamente rumo à aldeia. Ficamos sem saber o que fazer. Procuramos Isaque, chefe de posto da FUNAI, e nos reunimos com ele e com os Suruwahá. Explicamos a ele o que estava acontecendo, Aji também explicou tudo. A reunião foi toda gravada. Depois disso os Suruwahá foram todos para o barco e nós fomos com Iganani para a casa de um amigo em Lábrea, onde passaríamos a noite.

O problema é que Iganani chorava, berrava sem parar na casa de nosso amigo. E nos chegava notícia de que Muwaji também chorava sem parar no barco. No meio da tarde eu deixei Iganani com Suzuki na casa e fui ao barco falar com Muwaji. Darcy, missionário da Jocom que seria o intérprete nessa viagem, estava chorando só de ver o desespero da Muwaji. Eu a vi prostrada, na proa do barco, chorando de soluçar. Prefери não falar com ela, para não fraquejar e não acabar devolvendo Iganani para ela. Eu sabia que ela não podia levar Iganani, pois as duas acabariam morrendo. Muwaji sabia disso, amava a filha, mas não queria que ela morresse. Por isso a tinha entregue a mim. Eu tinha que ser forte e não voltar atrás.

Lá pelas tantas da noite, já estava juntando gente em volta do barco. O choro de Muwaji não cessava e as pessoas queriam saber o que estava acontecendo. Suzuki ficou com Iganani e eu fui com o Isaque no barco. O rosto de Muwaji estava desfigurado de tanto chorar. Isaque perguntou se ela queria ficar com a filha e se queria tentar novamente o tratamento dela. Ela respondeu que sim, mas que não ficaria em Manaus de jeito nenhum. Queria ir para São Paulo.

Voltamos todos para o barco e foi emocionante ver Muwaji abraçando Iganani novamente, as duas com os olhos inchados de tanto chorar. Aquela madrugada foi agitada, ninguém dormiu. Ligamos várias vezes para Francisco Ayres, explicando o que estava acontecendo. Ele garantiu

que Muwaji não ficaria em Manaus. Disse que ela dormiria lá somente uma noite, e que de lá seguiria para Brasília, para fazer o tratamento de Iganani no Hospital Sarah. Muwaji pediu para dormir em outro lugar, disse que tinha pavor de voltar para a CASAI. Ele respondeu que ela poderia dormir numa pensão, e que no dia seguinte seria encaminhada para Brasília. Muwaji não sabia nada sobre Brasília, mas qualquer coisa seria melhor do que Manaus para ela. Lá pelas tantas da madrugada fomos dormir, depois de um dia tão atribulado.

5 de março de 2006

O vôo foi tenso. Muwaji e Ahuhari choraram o tempo todo do vôo. Aji estava calado e Iganani também. Eles pareciam estar profundamente humilhados de ter que voltar para Manaus, mas não tinham opção. De vez em quando perguntavam se seria mesmo só uma noite em Manaus. Eu respondia que sim, mas não estava muito certa.

Quando chegamos ao aeroporto, Francisco Ayres estava lá nos esperando. Ele disse que a família da Muwaji deveria seguir imediatamente para a CASAI no carro que já estava lá esperando por eles. O diálogo que aconteceu naquele momento, entre eu e Francisco Ayres foi gravado, e está transcrito a seguir.

Francisco Ayres: Márcia, é o seguinte, se eles não quiserem ir para a CASAI, está autorizado a levar de volta para a área.

Márcia Suzuki: Se não voltar para a CASAI...

F.A. Vai embarcar eles de novo para a área

M.S. Mesmo sabendo que se ela voltar para a aldeia ela vai ter que matar a criança?

F.A. É o tratamento que os indígenas brasileiros recebem do governo brasileiro. Eles não são diferentes dos outros indígenas. Eu..

M.S. Por eles serem índios isolados você acha que eles...

F.A. Nós temos vários índios isolados em várias CASAIs do Brasil, que são tratados.

M.S. Tudo o que eles estão pedindo é para dormir numa casa separada, numa casa que a FUNASA providencie, um hotel, só isso. A Funasa não pode fazer isso?

F.A. Não pode fazer, não tenho autorização para fazer e não vou fazer.

M.S. Então se eles não aceitarem ir para a CASAI?

F.A. Eu embarco eles no avião de novo e eles vão para lá de novo.

M.S. Volta para a aldeia mesmo sabendo que ela vai matar a menina?

F. A. Volta para a aldeia.

M. S. Você sabe o que ela fez ontem? Você soube o que ela fez ontem? Que ela pegou a menina, na hora de ir embora ...no barco, indo para o avião, ela entregou-me a menina, nós gravamos toda a conversa. (...) Ela chorou a tarde inteira.

F. A. Deixa eu lhe dizer uma coisa. Eu não estou respondendo eu, Francisco Ayres. Eu não estou respondendo por mim. Eu estou cumprindo ordens, determinações ...

M.S. Mesmo que a menina morra?

F.A. Eu estou cumprindo ordens, eu vou cumprir.

M.S. Então não têm opção?

F.A. Não, não têm opção. Se eles quiserem se tratar o Governo Brasileiro garante esse tratamento para eles com a estrutura disponibilizada para todos os indígenas do Brasil. Se eles não quiserem eles são remetidos de volta para a área.

M.S. E se eles quiserem se tratar na rede particular?

F.A. Não tem problema, eles vão sair da área por conta deles. Não vão por conta da FUNASA. E vão se tratar.

M.S. Aí eles podem?

F.A. Aí eles não têm nenhum vínculo com a FUNASA. Devo alertá-la que eles devem sair a pé, por que se vocês retirarem vocês vão ter problema.

M.S. Eles vão ter que sair a pé lá do interior do Amazonas, se eles quiserem ter outro tipo de tratamento?

F.A. Sim.

M.S. Então não tem... Se eu for tentar tirá-los, pode acontecer o que comigo?

F.A. Você vai ser processada com certeza.

M.S. Se eu tentar tirá-los para salvar a vida deles?

F.A. Com certeza.

M.S. Eu vou ser processada?

F.A. Com certeza. Você está descumprindo a legislação vigente que é bem clara. Procure as últimas portarias da FUNAI que é bem claro com relação a isso.

M.S. E quanto ao direito que a Iganani tem à vida, o que você acha disso?

F.A. Aí você tem que buscar... eu não tenho que achar nada. Quem ...

M.S. O que que você sabe então sobre isso? Sobre o direito à vida?

F.A. Eu acho que você tem que buscar os direitos que você acredita ter na justiça brasileira, ela existe para isso

M.S. E a legislação brasileira não garante vida em primeiro lugar aos índios?

F.A. Isso é muito questionável. A constituição brasileira também garante que os indígenas também têm o direito a manter sua cultura intacta.

M.S. Mesmo que para isso tenha que matar uma criança, quando a mãe não quer?

F.A. Não existe esse mesmo. Não existe esse mesmo.

M.S. Não existe mesmo?

F.A. Não existe mesmo, ela diz: “garanta a tradição e a cultura”, ponto.

M.S. Então, independente de vida?

F.A. Se a vida faz parte da cultura...

M.S. E o fato dela ter chorado a noite... a tarde inteira ontem não só... Todo mundo viu lá o estado que ela ficou porque não quer matar a criança. Isso não diz nada para a lei brasileira?

F.A. A lei brasileira interpreta que já foi feita já alguma alteração nessa cultura, porque senão ela não faria isso. Ela faz isso porque ela já tá dando valor à vida que normalmente ela não teria.

M.S. Ela não precisaria dar.... ela não precisa valorizar a vida?

F.A. Não precisa... como a maioria das culturas indígenas não dão valor para vida que nós damos.

M.S. Então você quer... você vai falar isso para ela então, que ela tem que ir para a CASAI senão volta para a aldeia? Eu traduzo? Quem vai explicar isso para ela?

F.A. O Pedro tá aí, ele fala.

M.S. O Pedro do CIMI pode traduzir?

F.A. Pode. Pode traduzir e dizer para ela que se ela não quer ir prá CASAI, então vai voltar para a área. Embarca no avião e ela vai entrar no avião sozinha, com o piloto e o chefe do distrito.

M.S. Sem intérprete?

F.A. Sem intérprete.

M.S. Vocês não vão nem mandar intérprete?

F.A. Não, sem intérprete.

Depois disso, houve a conversa com Muwaji. A primeira reação dela foi dizer que não iria para a CASAI de jeito nenhum, e que preferia voltar para a aldeia. Depois de muita resistência, Muwaji aceitou ir para a CASAI porque ficaria lá apenas por uma noite. Eu, Pedro, do CIMI, e o Adilson, chefe da CASAI, estávamos todos em choque com o que nos disse Francisco. Explicamos à Muwaji que nenhum dos intérpretes poderia ir com ela, mas Adilson se ajoelhou perto dela e disse que ele iria cuidar dela, que ele não iria sair de perto dela nem um momento.

Muwaji e sua família foram separados dos intérpretes e foram levados para a CASAI. Ao invés de viajar no dia seguinte como foi prometido, ficaram mais alguns dias na CASAI sem intérprete e tiveram que viajar para Brasília também sem intérprete.

08 de março de 2006

Muwaji, Aji, Iganani e Ahuhari ficaram na CASAI de Brasília. Adilson, chefe da CASAI de Manaus, cumpriu sua promessa. Desde que os Suruwahá foram proibidos de ver seus intérpretes, Adilson não se separou deles. Dormiu com eles na CASAI de Manaus, levou-os para sua própria casa, viajou com eles para Brasília e ficou com eles na CASAI de Brasília, em condições bastante precárias. Fez isso porque tinha um compromisso com os Suruwahá. Ele só os deixou no dia 10 de março, quando Suzuki foi levado por membros da Comissão de Direitos Humanos para a CASAI, por determinação da Dra. Débora Duprat, Procuradora da República, em Brasília. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados levou Suzuki até à CASAI, onde ficou morando com a família e Muwaji por dois meses. Durante esse período a família teve muita dificuldade de se adaptar na CASAI, passando por seguidas crises de depressão e de irritação. Eu me mudei para Brasília com minha família para acompanhar Muwaji, enquanto Suzuki estava com eles na CASAI.

Junho de 2006

Suzuki e eu viajamos para a Noruega e a família Suruwahá continuava totalmente inadaptada na CASAI, em estado cada vez pior de depressão. Darcy, o missionário, intérprete dos Suruwahá, estava morando na CASAI com eles nesse período, enquanto sua esposa Sandra estava morando no nosso apartamento. Num dado momento, Aji chegou à conclusão que não fazia sentido eles serem forçados a ficar morando na CASAI. Disse que eles não eram crianças e que queriam se mudar para o apartamento com a família de Darcy. Muwaji concordou e eles simplesmente decidiram sair. Darcy levou-os para o apartamento e logo entrou em contato com o presidente da FUNAI, comunicando sobre a decisão dos Suruwahá, fornecendo o endereço e colocando-se à disposição.

Julho de 2006

Essa decisão dos Suruwahá, e a decisão de nossa equipe de acolhê-los, gerou um grande problema. Funai e Funasa não aceitaram isso de jeito nenhum. Quando chegamos da Noruega, o vice-presidente da FUNAI mandou uma equipe com antropólogo, enfermeiros, chefe da CASAI, indigenista, etc, para convencer os Suruwahá a voltar para a CASAI. A posição da FUNAI era a seguinte: se os Suruwahá se recusassem a voltar, se nós não colaborássemos, convencendo-os a voltar, eles seriam retirados de nossa casa à força pela Polícia Federal. Nós explicamos tudo isso aos Suruwahá, mas eles foram irredutíveis, não aceitaram voltar de jeito nenhum.

Quando a equipe saiu da casa, nós conversamos com os Suruwahá. Explicamos que agora havia o risco da Polícia invadir nossa casa e levá-los à força. Aji olhou bem para Suzuki e perguntou:

- *Você está com medo, Suzuki?*
- *Não, eu não – respondeu Suzuki.*
- *Então, eu também não estou com medo.- Disse Aji, calmamente.*

Dezembro de 2006

A polícia nunca apareceu e os meses foram se passando. Iganani passou por uma cirurgia e estava respondendo bem ao tratamento. Depois da cirurgia, Muwaji decidiu voltar para a aldeia para visitar os parentes, pois estava com muitas saudades. Todos estavam com saudades e estavam contando os dias para a viagem. Muwaji saiu prometendo que voltaria para continuar o tratamento. Aji disse que não voltaria mais, que os brancos eram muito ruins e que queria ficar na aldeia. Ele dizia à Muwaji que ela também deveria matar logo Iganani e ficar por lá, já que eles tinham ficado todo esse tempo fora e ela não tinha aprendido a andar. Muwaji ficava calada.

Julho de 2007

Depois de seis meses na aldeia, Muwaji volta com Iganani, Ahuhari e Haziu, uma sobrinha de 9 anos. Todos nós estávamos muito apreensivos, pois o combinado era que ela ficaria na aldeia apenas por um mês. Mas ela disse simplesmente que queria ficar para comer os produtos da roça dela. Por isso demorou.

Quando perguntamos como tinha sido a reação do povo com Iganani, ela disse que as irmãs dela gostavam da Iganani, mas os outros não. Todos achavam que ela deveria abandonar o tratamento, já que não estava dando resultado. Muitos riam e zombavam da Iganani, jogavam lixo nela e tratavam Muwaji com desprezo. Principalmente os rapazes. Muwaji disse que ela ficava muito triste com isso.

Os missionários que estavam na área na época, disseram que ela acabava abandonando Iganani com as irmãzinhas, pois ficava desanimada com o que ouvia. Ela deixava Iganani largada.

Finalmente, Muwaji decidiu sair da aldeia para continuar o tratamento. Dessa vez, foi tudo mais fácil e o próprio Adilson a trouxe até Brasília e a deixou na nossa casa.

Março de 2008

Muwaji continua em Brasília fazendo o tratamento de Iganani, morando na nossa casa. Iganani está se desenvolvendo bem, é esperta, alegre e fala bastante. Recentemente começou a andar pela casa, se apoiando nos móveis. É um avanço.

Muwaji não sabe o que vai ser da vida dela. Sente muita saudade dos pais, mas não vê futuro para Iganani na aldeia. Diz que lá as coisas são muito difíceis para a menina. Uma das médicas do

Hospital Sarah que acompanha a Iganani, questionou Muwaji recentemente. Disse que esse longo tempo na aldeia era prejudicial para Ahuhari, que precisava aprender a caçar e a pescar, coisas que todo rapaz Suruwahá faz. Muwaji respondeu dizendo:

- *O filho é meu e ele fica onde eu estiver.*

Considerações finais

Diante das atrocidades praticadas aos povos indígenas na história da colonização, a Declaração Universal dos Direitos Humanos trouxe a esses grupos minoritários a possibilidade de terem reconhecidos seus direitos como seres humanos e terem garantidos esses direitos de forma especial. Por sua vez, o Pacto de Direitos Cíveis e Políticos, relacionado ao Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, referidos ambos como Pactos de Direitos Humanos, aprovados pela ONU, em 1966, em seu artigo 27 afirma que “Nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou lingüísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua”. Assim, universalidade de direitos e particularidade cultural são valorizados, embora se reconheça uma relação hierárquica entre direitos universais e aqueles reconhecidos apenas pela população local.

O caso de Iganani e sua mãe, Muwaji, acirrou as discussões acerca do relativismo cultural, da legitimidade das práticas culturais e dos direitos humanos, em especial ao que diz respeito ao direito à vida.

Os casos Sumawani e Iganani possibilitam que pensemos concretamente a relação dialógica que deve ser estabelecida no contato intercultural. Os impasses entre direitos humanos universais e diversidade cultural estão aqui colocados. Como devem ser pensados os direitos dos Suruwahá no que tange à manutenção da prática do infanticídio como prática cultural tradicional em relação ao direito à vida, como direito universal? Mais ainda, como os indivíduos, membros dessa etnia, que pedem mudanças em relação à essa prática, podem ter esse direito respeitado? E de que forma? Quem o garantirá? O Estado Brasileiro? Para onde irão os “desviantes”, como Muwaji?

Pode-se ver que os Suruwahá apontam para mudanças em sua visão-de-mundo pois alguns membros da etnia têm demonstrado desacordo com a prática do infanticídio e têm procurado alternativas para ela.

Qualquer sociedade é capaz de implementar mudanças, inclusive as que se relacionam ao plano cultural, a fim de buscar o bem estar dos indivíduos e da coletividade. As sociedades indígenas não são diferentes. A ética da responsabilidade nos chama a atenção sobre essas questões que envolvem não só o respeito à diferença e ao diferente, mas a necessidade de estabelecer uma ponte em que o contato se dá pelo encontro e pelo diálogo.

Somente por essa via a diversidade cultural pode ser mantida e encarada como um elemento de “saúde” para todas as sociedades que, em pleno e intenso contato entre si, podem preservar sua identidade cultural, também dinâmica, sem prescindir dos direitos fundamentais dos seres humanos.

Referências Bibliográficas

BERGER, Peter L. *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.

BERNARDO, Débora G. e MAINKA, Peter J. “O pensamento político-jurídico de Bartolomé de Las Casas sobre os indígenas do Novo Mundo”. *Revista Acta Scientiarum: human and social sciences*, v.25, n.1, p. 149-157, 2003. Disponível em http://www.eduem.uem.br/acta/hum/2003_1/18_265_02.pdf

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. “A Questão Étnica: qual a possibilidade de uma ética global?” In: ARIZPE, Lourdes (org.). *As Dimensões Culturais da Transformação Global: uma abordagem antropológica*. Brasília: UNESCO, 2001.

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. “Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico”. *Estudos avançados* vol.14, nº.40, São Paulo Sept./Dec. 2000

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. *Antropologia e Moralidade*. 2000. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_24/rbcs24_07.htm

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. “Os direitos humanos e os índios” In AMARAL JÚNIOR, Alberto e PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.) *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 1999.

DURHAM, Eunice. “Cultura, patrimônio e preservação. Texto II”, in Antônio Augusto Arantes (org.), *Produzindo o passado*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma tentativa de reversão da tutela (e não de sua superação)” In VICTORA, C., OLIVEN, R.G., MACIEL, M.E. e ORO, A. P. (orgs.) *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Ética e Antropologia*. *Revista Estudos Avançados*. v.4 n.10 São Paulo set./dez. 1990. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000300006